

PAÇOS DE FERREIRA (Ferreira)

A igreja de São Pedro de Ferreira localiza-se na freguesia de Ferreira, concelho de Paços de Ferreira, distrito do Porto. Dista cerca de 4 km da sede de concelho e está situada na margem esquerda da ribeira de Ferreira, afluente da margem direita do rio Sousa. Sair em direção à estrada N207 e depois virar à direita para a rua do Pombo e depois à esquerda para a rua do Móvel. Na rotunda seguir pela primeira saída para a rua de São Domingos, continuar para a rua de Brito, curvar ligeiramente à direita para a rua Nova de Figueiró e depois virar à esquerda para a rua de Figueiró, continuar pela rua do Central, rua do Barrimau até chegar à avenida do Mosteiro, e depois de passar a rotunda o mosteiro encontra-se um pouco mais à frente.

O enquadramento da igreja de São Pedro de Ferreira é ainda hoje de feição rural, estando rodeada de campos de cultivo e habitações rurais e ladeada pelo cemitério e pela residência paroquial.

O atual concelho de Paços de Ferreira integrava no século XII, a chamada *Terra de Sousa*, que englobava uma área localizada entre as bacias do Ave-Vizela e do Douro. Tratando-se de uma região montanhosa, as suas principais fortificações eram os castelos de Aguiar e de Santa Cruz. O território era governado por um *tenens*, um guerreiro da confiança do rei de Leão, que exercia direitos administrativos e jurisdicionais sobre as comunidades rurais aí implantadas. A tenência da terra foi exercida, desde a época leonesa, por membros da mesma família, os Sousa, cujo núcleo patrimonial original se localizava na região de Basto.

O povoamento desta região sempre foi disperso. Segundo o numeramento da população de 1527, a freguesia de Paços de Ferreira tinha apenas 38 fogos. Uma das principais produções era o linho, bem como o milho, o cereal por excelência do campo minhoto.

Mosteiro de São Pedro

A IGREJA DO MOSTEIRO DE SÃO PEDRO ergue-se, atualmente, no vale superior do rio Ferreira, mas as suas origens não estão devidamente esclarecidas. O local possui uma longa história de ocupação, que remonta à época romana. As condicionantes do local influenciaram a implantação da população e a edificação do templo. Sabemos que para edificar um cenóbio os fatores como a proximidade de um rio, as potencialidades agrícolas, a preponderância de uma determinada linhagem ou o acesso a vias de comunicação eram primordiais.

A primeira referência documental relativa à localidade de Ferreira encontra-se no testamento de D. Mumadona (circa 900-968), condessa do primeiro Condado Portucalense, enumerada entre as doações que a mesma faz ao mosteiro de Guimarães. Trata-se de um documento de suma importância, pois, em 959, refere diversos castelos e povoações existentes então, mencionando especificamente tudo *quantum nobis incartaui Silimiro et recemundo in Fereira*.

Neste documento, a condessa declara que possuía metade dos direitos sobre o padroado da igreja de São Pedro. O templo deste período seria certamente simples e de dimensões reduzidas. Desta construção nada restou, a não ser um sarcófago que se encontra no interior do nártex e que poderá ser de um período anterior ao século XI. Os elementos remanescentes da primitiva igreja românica de São Pedro permitem datá-la de finais do século XI, início do século XII. Manuel Real identificou, entre os vestígios arqueológicos deste primeiro templo românico, algumas parcelas de frisos e outras peças decoradas com palmetas.

Depois da reforma do bispo D. Martinho Pires (1186-1189), o arciprestado da *Terra de Aguiar* foi atribuído ao Deão do Cabido, o que poderá explicar a inclusão das rendas de São Pedro de Ferreira nos benefícios deste último. Também neste século, este mosteiro recebeu largos benefícios por parte dos senhores da Maia. De facto, os seus direitos eram partilhados entre os cônegos do Cabido da



Perspetiva aérea a partir do lado norte

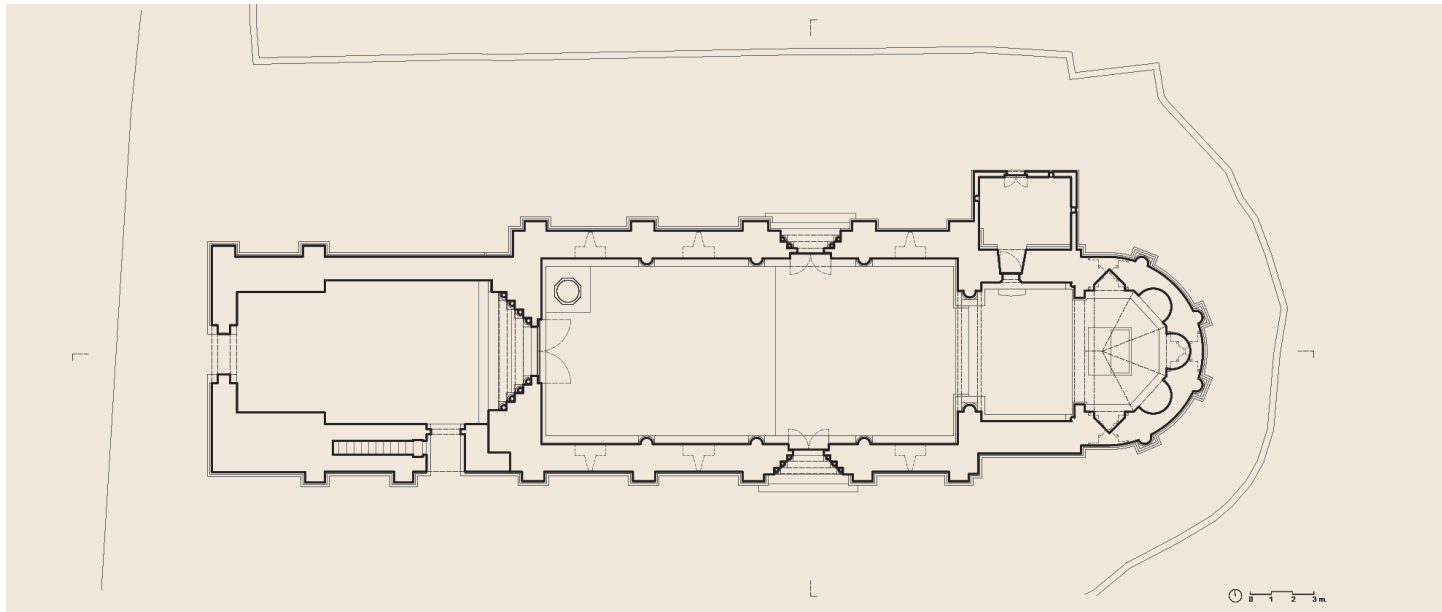


Alçado este. Abside

Sé do Porto e algumas famílias da velha nobreza condal, os Sousa e os da Maia.

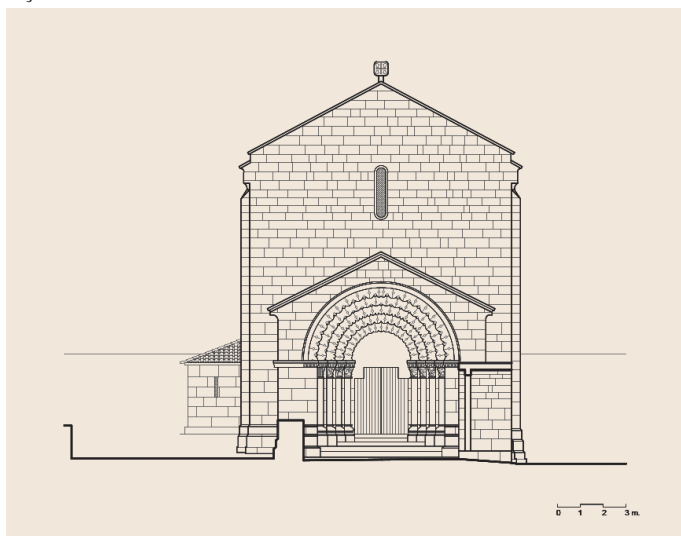
A riqueza de um mosteiro era medida pela qualidade e quantidade de milagres aí operados, os quais aparecem como reflexo do grau dos poderes taumatúrgicos das

reliquias aí conservadas, do empenhamento dos monges na oração e da notoriedade dos seus patronos. Os mosteiros representavam centros de culto e locais de pagamento de rendas e eram detentores de propriedades rurais queurgia administrar. O couto do mosteiro de São Pedro foi

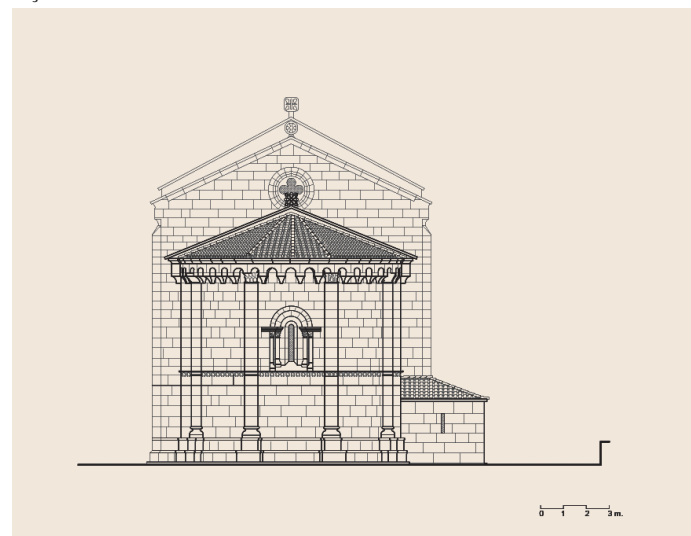


Planta

Alçado oeste



Alçado este

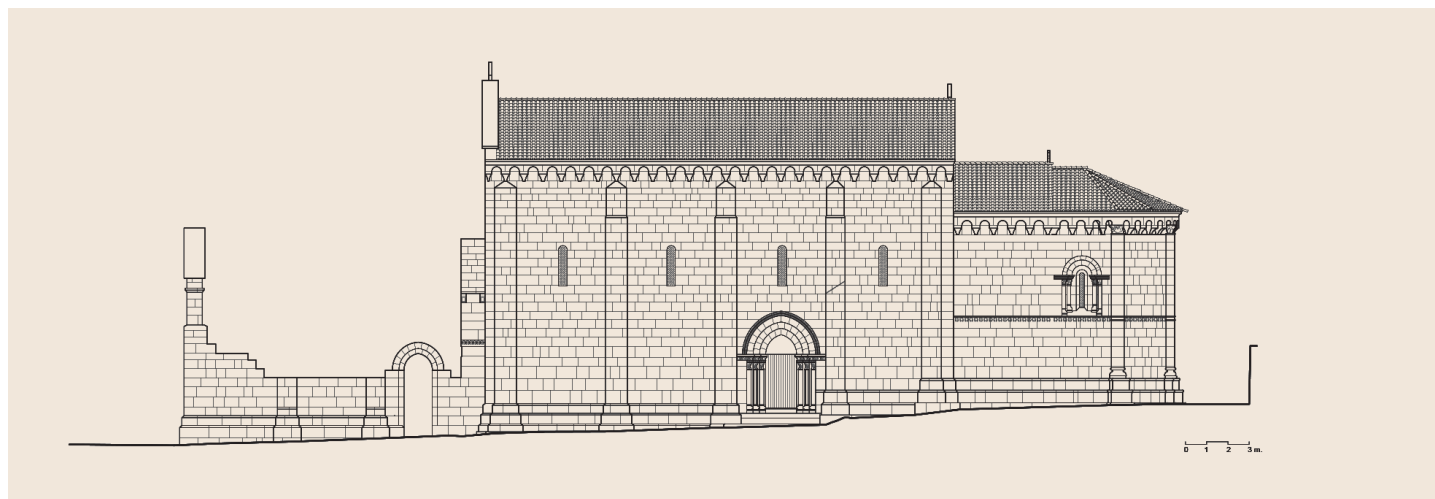


sendo, progressivamente, formado por casais do próprio mosteiro, o que permitia um maior controle sobre a população e as suas obrigações económicas.

O regime de observância deste mosteiro não é muito claro. Existem indícios que, no século XII, tenha sido instituída aí uma Colegiada, mas a duplicidade terminológica mantém-se, sendo designada também por "mosteiro". Em 1195, o Cabido do Porto exercia já tutela sobre São Pedro de Ferreira. Existe uma forte tradição que o associa aos Templários, mas será uma confusão com Ferreira de Aves (distrito de Viseu), de facto uma propriedade Templária. Diversos autores referiram que, em meados do século XIII, terá esta instituição adotado a Regra dos Cónegos

Regrantes. Porém, Aires Gomes Fernandes é da opinião que este mosteiro não era dos Regrantes de Santo Agostinho, fundamentando os seus argumentos, ou se o foi, apenas o terá sido no curto período entre 1258 e 1293.

As Inquirições de 1258, levadas a cabo por ordem de D. Afonso III, definiram um novo recorte territorial para o concelho. A freguesia de Ferreira passa a integrar o julgado de Aguiar de Sousa. A intenção régia era controlar o avanço senhorial e repor a autoridade do rei. Estas inquirições revelam que a propriedade eclesiástica é largamente maioritária na zona do atual concelho de Paços de Ferreira. Em primeiro lugar surge, naturalmente, o mosteiro de São Pedro de Ferreira com 69,5 casais que representavam



Alçado sul

Corte transversal



35% dos casais eclesiásticos, seguido do mosteiro de Santo Tirso com 60 casais. Ao mosteiro de São Pedro estava anexa a igreja de Santiago de Modelos e pertencia-lhe o padroado da de São Salvador de Penamaior. Estas inquirições de 1258 confirmam a permanência da tradição laical neste mosteiro *est militum et divitum hominum*, ou seja, estava sob a pertença de cavaleiros e ricos-homens e que o rei não detém aí qualquer direito ou foro, apenas dão a terça da colheita ao rei. É também declarado que o mosteiro recebera os casais por testamentos.

Nas Inquirições ordenadas por D. Dinis, em 1288, é afirmado que toda a freguesia de São Pedro era couto do mosteiro de Ferreira "per padrões". No conjunto do julgado de Aguiar de Sousa, a propriedade eclesiástica representava 53,3% da totalidade dos casais e a dos mosteiros representava 76,3% desse valor. Em dezembro desse ano é celebrada uma composição entre D. Vicente Mendes

(1261-1295), bispo do Porto, e D. Durando Pais, abade do mosteiro de São Pedro de Ferreira. Pelo dito documento, o prelado concedia ao mosteiro os censos das igrejas de Santa Eulália de Sobrosa, de Santiago de Modelos e de São Salvador de Meixomil, enquanto o abade de Ferreira concede ao bispo do Porto o padroado da igreja de Santa Maria de Válega. Uns anos mais tarde, em 1293, Pero da Mamoa e sua mulher Margarida Afonso e João Nogueira, cavaleiro da Terra de Santa Maria e sua mulher, D. Geralda, pedem ao bispo do Porto D. Vicente que lhes perdoe terem usurpado certos bens da igreja de Válega, que era então sufragânea do mosteiro de São Pedro de Ferreira. Também em 1293, foi realizado novo contrato entre o bispo do Porto, D. Vicente Mendes e D. Durando Pais, abade de São Pedro de Ferreira. Quando redige o seu testamento em maio de 1295, D. Abril Peres, cónego do Porto e abade de Cedofeita, destina dez libras para ornamentos do altar de São Pedro de Ferreira. O mosteiro de Ferreira é mencionado num documento de 1302, copiado no Censual do Cabido do Porto, segundo o qual D. Berengária Aires faz uma avultada doação de padroados de igrejas e mosteiros ao bispo do Porto, D. Geraldo. D. Abril Peres, cónego do Porto e abade de Cedofeita, em testamento feito em maio de 1295, deixa ao mosteiro de São Pedro de Ferreira dez libras "pera ornamento". D. Vicente Mendes, bispo do Porto, no seu testamento de maio de 1296, deixa a duas capelas na sé do Porto, entre muitos outros bens, as casas onde morava Pedro Eanes, abade do mosteiro de Ferreira. Mais tarde, Pedro Eanes, abade de Ferreira, surge entre as testemunhas do testamento de Estevão Domingues das Eiras, cónego da sé do Porto, redigido em março de 1332.

O facto de surgir a designação "abade" na documentação, poderia apontar para a existência de uma



Alçado sul



*Perspetiva geral da igreja.
Alçados sul e oeste e galilé*

comunidade monástica. Porém, em 1320, no Catálogo das igrejas, mosteiros e comendas do Reino mandado fazer por D. Dinis, não há qualquer referência ao mosteiro de São Pedro de Ferreira, mas sim à igreja de "Ferraria", na Terra de Aguiar, taxada em 200 libras, e comum dos seus raçoeiros em 100 libras. Não obstante, o mosteiro

de Ferreira é referido na listagem dos censos do Censual do Cabido do Porto, do século XIV. Segundo esta fonte, o referido mosteiro encontrava-se na Terra de Aguiar e de Ferreira, que era do deão da sé.

Desde cedo, o mosteiro/ igreja ou colegiada de São Pedro aparece associado ao cabido portuense, como já

referimos. Exemplo disso é o caso de Pedro Eanes, simultaneamente abade de São Pedro e cónego da sé, no início do século XIV, e cuja atividade indicia presença assídua na cidade. Em 1336, D. Afonso IV confirmava a jurisdição cível que Pedro Eanes detinha no couto em redor da igreja de Ferreira, julgado de Aguiar de Sousa. Também neste documento não há qualquer referência a mosteiro. Na documentação posterior, apenas há referência ao abade secular de São Pedro de Ferreira. Em meados do século XIV, reforça-se o exercício de funções paroquiais por parte dos abades de São Pedro. A importância económica de Ferreira cresceu de tal forma que aí viria a funcionar um dos principais celeiros da diocese.

Mário Barroca identificou uma epígrafe no adro da igreja de São Pedro de Ferreira. Trata-se de uma inscrição funerária do túmulo de D. João Vasques da Granja em estátua jacente, de que apenas resta a tampa, e que o historiador data de meados do século XIV:

HIC IACI(t) [Sic] / IOH(a)N(n)IS / VALA(s)CI / DE G(ran)JA / [...]

A estátua deste nobre tem a particularidade de o retratar como peregrino, com vestes cingidas por um cinto e segurando com a mão esquerda o bordão de peregrino. A cabeça, com um pequeno barrete, repousa numa almofada. Segundo este historiador, esta sepultura parece ter resultado de uma encomenda deste nobre que preferiu retratar-se como peregrino, em atitude penitente, em vez da sua condição social. D. João Vasques da Granja era filho de D. Sancha Gonçalves Peixoto e de D. Vasco Martins da Granja, tendo casado com D. Guiomar Rodrigues de Moraes, filha de D. Rui Martins de Moraes e de D. Aldonça Gonçalves Moreira, segundo o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro.

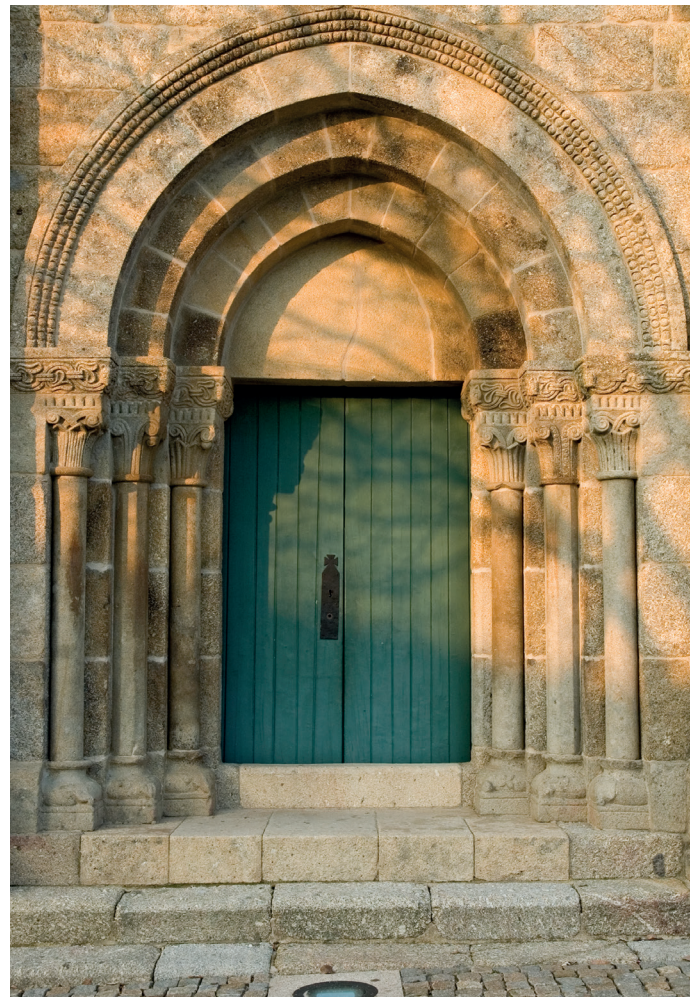
Em 1475, o “mosteiro” de São Pedro e o seu couto são incorporados no bispado do Porto. O papa Sisto IV anexou *in perpetuum* a colegiada de São Pedro à mesa pontifical da catedral do Porto, em resposta a uma petição do bispo D. João de Azevedo.

Em meados do século XVI, mais concretamente em 1542, é feita uma atualização do património do mosteiro

Alçado norte. Portal



Alçado sul. Portal





Portal oeste.
Pormenores dos capitéis

de São Pedro no *Titulo das rendas que pertencem ao mosteiro de São Pedro de Ferreira*, o qual consiste numa relação de bens empenhados onde são descritos 165 contratos.

Em finais do século XVI, João de Barros refere-se ao mosteiro de Ferreira como sendo "camara dos bispos do Porto que ha pouco que se lhe anexou" e mosteiro muito nobre, no julgado de Aguiar. Ainda segundo este autor, a igreja de Ferreira tinha cinco ou seis raçoeiros, valendo cada ração 75 cruzados. Afirma ter sido um mosteiro de freiras, o que é surpreendente, pois é o único autor a afirmá-lo.

São Pedro de Ferreira destaca-se, desde logo, pela originalidade da sua planta. É ao nível das extremidades da mesma que mais depressa encontramos as suas notas dignas de reparo: a capela-mor e a galilé. A abside destaca-se pela sua planimetria bastante animada, composta por terminação poligonal no interior e circular no exterior. Compõe-se de dois tramos, abobadados, definidos por arco toral. A cabeceira de Ferreira abrange quase a totalidade da largura da nave e quase atinge a sua altura. Temos, pois, aqui um sinal de avanço estético, logo cronológico. Às cabeceiras românicas,

intimistas, mais baixas e estreitas que a nave, criadoras de espaços de recolhimento, sucedem-se as amplas e iluminadas cabeceiras góticas, abertas aos fiéis. Embora em ruínas, a galilé tem planta retangular. Para Lúcia Rosas, este espaço cemiterial, reservado a enterros e a rituais fúnebres, não estaria contemplado no projeto inicial de Ferreira, tendo sido realizado pouco depois da conclusão do templo. Segundo Ferreira de Almeida, a galilé da igreja, geralmente edificada em madeira, funcionava como uma antecâmara do corpo da igreja, servindo de abrigo, local de reunião e mesmo de sepultura. Além disso, estas estruturas recordam ainda o cuidado e importância dados pelas famílias protetoras das casas monásticas aos espaços destinados ao abrigo dos seus restos mortais durante os séculos XIII e XIV.

Entre a cabeceira e a galilé desenvolve-se uma única e elegante nave, acusando uma acentuada elevação dos seus alçados, edificados em aparelho de granito pseudo-isódomo. A cobertura, em telhado de duas águas, corresponde a teto em madeira no interior.

A sacristia, de reduzidas dimensões, comunica com a cabeceira pelo lado norte. A sul da igreja encontramos a casa paroquial e outras dependências que se organizam de forma paralela e perpendicular à igreja, talvez delimitando a sudoeste a área da primitiva claustra do mosteiro.

Exteriormente, colunas embebidas no paramento circular da cabeceira de São Pedro de Ferreira marcam o ritmo da sua composição e têm seguramente uma função tectónica de sustentação da abóbada interna. Em Ferreira não encontramos contrafortes laterais na cabeceira para sustentação da abóbada. A solução aqui adotada assume contornos originais. O tramo retangular da abside apresenta muros mais espessos que o terminal, identificando-se esta solução através do ressalto criado entre ambos e que se reflete, inclusive, através de uma acentuação volumétrica que decorre da diferença de altura ao nível do exterior.

No tramo terminal da cabeceira, ou seja, no circular, nos espaços intercalares, alternam as frestas monumentalizadas por duas arquivoltas, com paramentos cegos. Nas frestas, as aduelas têm arestas vivas, e respetivos colunelos, ricamente ornamentados recorrendo ao talhe a bisel, característico da região do românico do vale do rio Sousa, onde esta igreja assume um lugar de destaque. Através do recurso a motivos vegetalistas e fitomórficos, a variedade dos capitéis da cabeceira de Ferreira, sejam eles os das frestas, sejam os altos dos colunelos, confirma-se a boa formação do capiteleiro do estaleiro românico, quer em termos de conhecimento de um amplo reportório figurativo, quer em termos de domínio do talhe.

Um friso corre toda a cabeceira, a meia-altura, e nele encontramos na temática dos corações invertidos a

influência bracarense. Começamos já a sentir a hibridez de influências que caracterizam este monumento românico. A cornija assenta sobre uma banda lombarda, tema recorrente no românico da bacia do Sousa e que também justifica, em certa medida, a procura de parentesco entre esta cabeceira e a do mosteiro de São Pedro de Roriz (Santo Tirso). Este modelo da cornija sobre arcaturas foi primeiramente identificado na região de Coimbra. Também ao longo dos alçados laterais da nave encontramos esta mesma cornija formada por pequenos arcos assente sobre mísulas de perfil semelhante ao cesto de capitéis.

A grande elevação dos alçados da nave de São Pedro de Ferreira lembra já uma espacialidade bem protogótica, tal como noutras igrejas, de que podemos nomear São Pedro de Cete (Paredes) e São Pedro de Roriz (Santo Tirso). Apesar desta igreja apresentar cobertura em madeira, a presença de altos contrafortes no exterior e de colunas adossadas no interior pode encontrar a sua justificação na necessidade de ajudar à sustentação dos elevados paramentos de granito, cujos blocos estão admiravelmente aparelhados. Nos espaços intercalares rasgam-se estreitas frestas que conferem uma luminosidade intimista ao interior da nave. Estes vãos de iluminação são obra do restauro que o Boletim publicado em 1937 memora e, tal como era prática comum ao tempo, vieram substituir amplos vãos retangulares e gradeados que foram rasgados na nave durante a época moderna. De ambos os lados abre-se um portal de acesso ao interior da igreja, no espaço correspondente ao terceiro tramo contando a partir da demarcação externa dos contrafortes e correspondentes capitéis embebidos no interior. Os portais inscrevem-se na espessura do próprio muro. O arco envolvente do portal norte assenta diretamente nos pés-direitos do muro e remata com pequeno ressalto. Compõe-se de duas arquivoltas com arestas vivas nas aduelas, sustentadas por colunas cilíndricas de tambor único. Lúcia Rosas acentuou a qualidade da escultura dos seus capitéis. Os temas vegetalistas estão bem presos ao cesto, destacando-se, contudo, a persistência da influência bracarense ao nível da temática dos corações invertidos nas volutas dos capitéis, assim como uma imposta onde se desenha a bisel um emaranhado de entrelaçados. As impostas mostram motivos fitomórficos e enrolamentos bem biselados. O tímpano é liso, composto por três peças e assente em mísulas sem ornamentação. O portal sul apresenta um arranjo idêntico, apesar de mais erudito, seguramente porque voltado ao claustro. A grande diferença reside no arco envolvente que se compõe de friso com motivos incisos, desenhando três fiadas de pequenas esferas.

A fachada oeste apresenta uma estreita fresta para iluminação da nave a partir de oeste no espaço central do paramento, alinhada com a empena do telhado e com a empena do corpo avançado que acolhe o portal principal da igreja e lhe cria profundidade. Este espesso corpo pentagonal assume-se como característica do românico da região do vale do Sousa onde se enquadra este edifício, mas reporta-nos, também, para os corpos avançados das fachadas românicas coimbrãs.

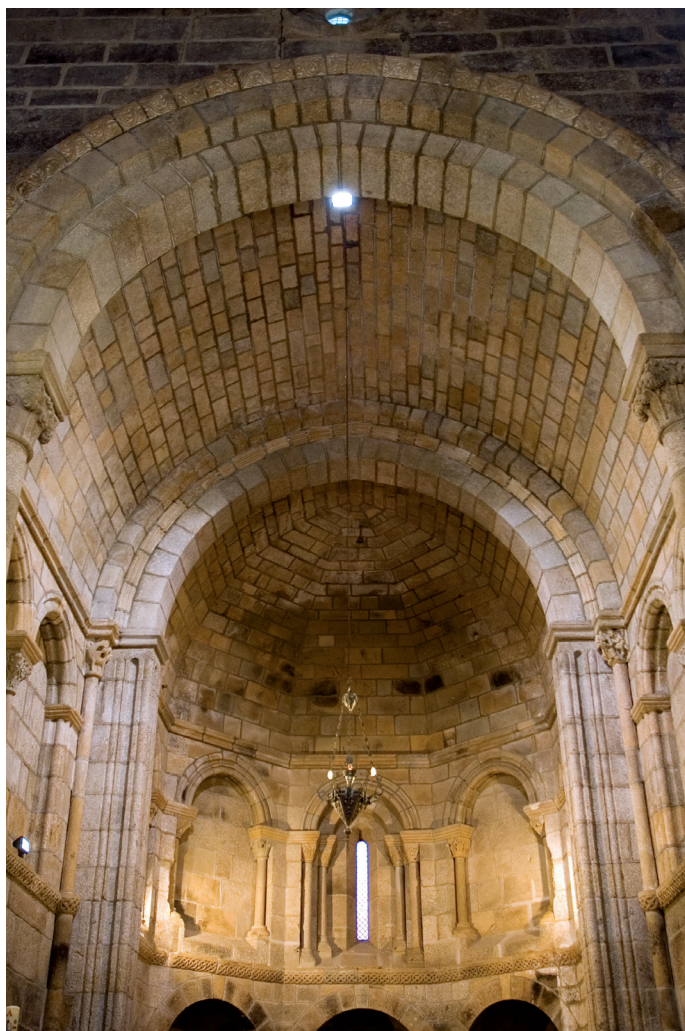
O portal principal deste monumento assume uma especial originalidade no contexto do românico português.

Muito elaborado, o rigor do seu desenho denuncia o cuidado colocado no tratamento decorativo que atinge aqui um valor mais arquitetónico, que plástico. Apesar de carecer de tímpano, afirma-se pelo recorte ornamental das suas quatro arquivoltas, feito pelo desenho das suas arquivoltas em toros, de duplo diâmetro, acentuadas por um largo furo.

Esta decoração das arquivoltas de São Pedro de Ferreira tem levado muitos autores a fazer uma aproximação com o Portal do Arcebispo da catedral de Zamora, apesar de existirem grandes diferenças entre ambas, sendo que



Interior. Perspetiva da nave e abside a partir do lado ocidental



Interior. Abside

o desenho desta última é bem mais definido. A decoração de Ferreira é feita com toros e furos circulares e a de Zamora é conseguida por meio de contornos de palmetas com o espaço interno cavado, tema que fez escola em Castela. Deste modo, para Ferreira de Almeida o modelo de Ferreira não pode ter sido sugerido por Zamora por estar mais próximo do que se apresenta em São Martinho de Salamanca e, sobretudo, das soluções decorativas dos arcos da arte almóada de Sevilha da segunda parte do século XII. O arco envolvente mostra um motivo geométrico, enformado por círculos encadeados, apesar de se identificar o reaproveitamento de peças que mostram uma outra composição.

Nas impostas, as palmetas simplificadas – ou, se quisermos, o tema dos corações invertidos –, remetem-nos novamente para a influência bracarense, enquanto que as quatro colunas, adotando a intercalação de fustes lisos e prismáticos nos recordam que estamos diante de um monumento românico erguido na região do vale do rio Sousa,



Interior. Fresta fundeira da abside

sob a influência direta do românico de Coimbra, nomeadamente da igreja de Santiago desta cidade.

Por fim, ao nível dos capitéis, reflexo da cronologia avançada deste monumento, vemos entrançados, animais afrontados e decoração vegetal, não só feita a bisel, como também bem presa ao cesto. Mais, a associação da decoração vegetal com a animalista, num mesmo capitel, converte-se aqui num caso epigonal do nosso românico. Todas as bases das colunas, bolbiformes e algumas já com garras, estão decoradas ao nível do plinto. Apesar deste portal não ter tímpano, consta que durante a intervenção de restauro foram encontrados diversos fragmentos de um tímpano, ornamentado com uma cruz vazada e laçaria, semelhantes ao da igreja de Unhão (Felgueiras) e ao da sé de Braga. Julga Pedro Vitorino que poderia ter pertencido ao portal principal. O tímpano que hoje aí vemos é fruto da intervenção de restauro da década de 1930, como denuncia ainda a sua diferente tonalidade comparativamente com o restante conjunto. Substituiu um guarda-vento de madeira.



Interior. Pormenor do alçado sul da cabeceira

A galilé conserva em toda a volta as primeiras fiadas de silhares, duplo arco de volta perfeita que enformava o portal oeste, junto do qual, a sul, se ergue atualmente torre sineira de dupla ventana. Os restauros da década de 1930 alteraram-lhe o acesso que se fazia em escada paralela ao panejamento pétreo no lado sul e passou a fazer-se pelo interior do próprio muro, tendo-se rasgado uma estreita porta no intradorso do arco de volta ligeiramente quebrada e que permite a ligação entre a galilé e o exterior. No paramento sul, vemos o arranque de contraforte. Foi construído durante os restauros e cremos que para escudar a escadaria interna que se rasgou no interior do muro.

Composta por dois tramos abobadados, a cabeceira de São Pedro de Ferreira apresenta internamente no tramo terminal dois registos, o inferior composto por arcadas cegas, sendo três delas muito profundas (e hoje assumindo a função de nicho) e outras duas, a ladeá-las, rematando em mitra, coisa única no românico português. As aduelas da arcatura deste registo apresentam arestas vivas. No

registo superior, apoiado sobre friso que corre em todo o diâmetro da cabeceira, a meia altura, e mostrando o tema dos círculos encadeados, vemos arcaturas cegas que alternam com outras e nas quais se rasgam as frestas, repetindo a ideia de alternância do exterior. Esta composição prolonga-se pelos dois tramos da cabeceira. As arcaturas são ornadas com pequenos toros que alternam com escócias, fazendo uso da decoração arquitetónica. A composição desta cabeceira tem sido vista como uma réplica muito aproximada da abside da Sé-Velha de Coimbra, pelo que Manuel Real coloca a hipótese de ter sido concebida por um artista proveniente da cidade do Mondego. Também invulgar é a solução adotada pelo arco toral que, aqui, se apoia sobre pilastras salientes, adornadas por escócias, cujos paralelos mais próximos se encontram apenas na região de Tui (Galiza). Embora impere a tradicional temática vegetalista e animalista, repare-se no capitel onde se fez representar uma dança acrobática, com tocador de pandeiro ou órgão de mão.



Interior. Capitéis da cabeceira



Em correspondência com a elevada altura dos alçados da cabeceira está o acusado verticalismo do arco cruzeiro e da nave. Apesar de volta perfeita é tardio pois assenta diretamente sobre os pés direitos da parede fundeira da nave. Um toro cumpre a função de arco envolvente, assumindo-se como o seu único elemento decorativo. Sobre o arco cruzeiro, um óculo quadrilobado concebido durante a intervenção de restauro e semelhante ao da igreja de Cedofeita (Porto).

A nave apresenta-se extramente sóbria, sendo animada por meias colunas que intercalam com as frestas que restituíram uma iluminação diáfana ao interior da igreja. Também até à intervenção de restauro terminada em 1937, a nave estava animada pela presença de diversos retábulos que acolhiam peças de imaginária. Hoje mostra-se contida no seu granito aparente, confirmando que por então se procurou reafirmar a sua medievalidade. Foram quatro os retábulos apeados na nave, sendo que um deles permitiu o desentaipamento do portal norte. Foi na mesma ocasião que se apeou a máquina retabular da capela-mor e se pôs então à vista de todos a dupla arcada cega que orna o interior da abside. Também se libertou o espaço interno da nave do seu coro alto, reafirmando-se assim aquilo que se considerava ser a espacialidade primitiva da igreja.

A unidade arquitetónica e rigor plástico da atual igreja românica de São Pedro de Ferreira denunciam ter sido executada com algum desafio financeiro. Recorde-se que a maior parte dos edifícios românicos da região do

vale do rio Sousa foram construídos, ao longo do século XIII, em substituição de fundações seguramente anteriores. Pode ser até que o início da sua fábrica construtiva tenha arrancado ainda em finais do século XII, mas o que é certo é que se prolongou (ou mesmo começou apenas) ao longo do século XIII, tendo em conta a espacialidade criada. Apesar da hibridez de influências identificáveis nesta igreja, estamos diante de um dos mais conseguidos e cuidados monumentos do românico português. São Pedro de Ferreira destaca-se pela originalidade da sua planta e por condensar em si as mais variadas influências, provenientes de distintos locais de regiões vizinhas: Braga, Coimbra e Zamora.

Na verdade, o que faz de São Pedro de Ferreira uma obra de destaque no contexto do românico português, mesmo ibérico, é não só a qualidade arquitetónica e plástica da sua fábrica – por demais evidente –, mas também, e principalmente, o facto deste monumento surgir como laboratório das mais diversas influências. Ou porque fruto da circulação dos artistas, ou porque resultado da circulação de modelos, ou mesmo da evolução natural das próprias formas e técnicas construtivas, esta igreja condensa em si as mais diversas influências provenientes de distintos locais das regiões circunvizinhas. Convém recordar aqui que as escolas, dialetos ou famílias da arquitetura românica não estão congeladas em si próprias, antes interagindo entre si através de relacionamentos mútuos.

Deste modo, nesta igreja de São Pedro de Ferreira, além das influências castelhanas, das influências coimbrãs



Interior. Capitéis da cabeceira

— transmitidas através do românico portuense — e da preponderância dos elementos decorativos provenientes do foco bracarense, encontramos também um forte peso nos elementos de sabor local, característicos da arte românica da região do vale do rio Sousa, como o talhe a bisel, a cornija sobre arquinhos ou a estrutura pentagonal para abrigo do portal principal. cremos, pois, que estamos diante de um monumento que se mostra como um dos mais conseguidos, mas também dos mais complexos, no panorama

do românico português. De facto, percursos artísticos tão diferenciados casaram-se num edifício que assume uma personalidade muito própria e que acaba por ser, também ele próprio, gerador de novas experiências. Recorde-se aqui a ascendência que Manuel Real considerou que este edifício teria tido sobre o de São Pedro de Roriz (Santo Tirso).

Apesar da sua natureza eclética, acresce que estamos diante de um monumento já introdutor de fórmulas góticas



Tampa do túmulo de D. João Vasques da Granja e pormenores da inscrição funerária

pelo que, de um modo geral, se tem considerado São Pedro de Ferreira como o término de todo um percurso.

Foi classificado como Monumento Nacional em 1928, tendo sido então objeto de obras de restauro que pretenderam devolver-lhe uma pretensa unidade formal. Integra a Rota do Românico do Vale do Sousa desde 1998.

Texto: MLB/JL - Fotos: RR/MSch/MLB
Planos: GM/MF/MS (sobre RR/MM)

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1968, pp. 86-87; ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, p. 220; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 91-92; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 119; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 722 (de [meados século XIV]); BARROS, J., 2019, p. 155; BOISSELIER, S., 2012, p. 131; BOTELHO, M.L., 2010a, I, pp. 463-466; CENSUAL do Cabido da Sé do Porto, 1924, pp. 249-251, 253-256, 332, 415, 419, 460, 496, 513 e 569; COSTA, A.C., 1706-12, I, p. 377; DGEMN, 1937a, pp. 5-21; FERNANDES, A.G., 2011, pp. 56 e 68-71; GEPIB, 1935-60, XI, p. 155; LACERDA, A., 1942-53, p. 249; MATTOSO, J. *et alii*, 1986, pp. 174-175, 189-191 e 226-229; PMH, INQ., p. 562 (de 1258); PMH, INQ., 1288-91, p. 53; REAL, M.L., 1974, I, p. 361; REAL, M.L. e SÁ, P., 1982, p. 31; REAL, M.L., 1986a, pp. 245-294; ROSAS, L.M.C., 2008, pp. 205-217; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M.L., 2010, pp. 169-182; SILVA, R.F.M., 1986, pp. 37 e 43; SIPA; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2014, p. 52; SOUSA, B.V., 2016, p. 208; TEST. ECC. PORT., doc. n.º 7.7 (de 1295, maio, 8), p. 549; TOMÉ, M., 1998, III, pp. 98-105; VITORINO, P., 1941, p. 14.